

Novo fundo vai cobrir gastos com seguridade

Edivaldo Ferreira

BRASÍLIA — O novo orçamento para 1994 trará um corte de quase US\$ 8 bilhões nas despesas com a dívida interna, de quase US\$ 5 bilhões nos gastos com o funcionalismo e um corte nos investimentos que pode chegar a US\$ 2 bilhões em relação à primeira proposta orçamentária elaborada pelo Governo. O ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, anuncia esses cortes hoje, com uma novidade: a criação do Fundo Solidariedade, com receitas hoje distribuídas entre estados, municípios e atividades educacionais. Essa receita será remanejada para cobrir os gastos com saúde e seguridade social.

O Fundo Solidariedade será criado através de emenda constitucional, e de acordo com o seu idealizador, o assessor especial do Ministério da Fazenda, Edmar Bacha, deve representar cerca de 15% das receitas do Governo, ou algo superior a US\$ 10 bilhões. Hoje, quase 80% das receitas do Governo são repartidas entre as chamadas despesas vinculadas, como transferências para estados e municípios, educação, seguridade e outras vinculações. A idéia da equipe econômica é manter em 1994, para essas despesas, a mesma quantia verificada este ano.

Toda receita que superasse os níveis de 1993 não seria repartida com estados, municípios e outros beneficiários das verbas vinculadas; iria para o Fundo Solidariedade. Com o fundo, o Governo ressuscitará também as

chamadas “despesas condicionadas”, já tentadas na gestão de Fernando Collor: como parte das despesas dependerá de medida a ser aprovada pelo Congresso, sua realização estará condicionada à decisão do Legislativo.

A divulgação dos números do Orçamento de 1994 deve trazer dados curiosos, como os relativos à dívida pública. O valor destinado à dívida deve subir, porque serão contabilizados os títulos da dívida externa, a serem emitidos como parte do

acordo com os credores privados. Mas os gastos com pagamento de juros da dívida interna deve cair — porque o Governo conta com a redução, a médio prazo, do custo dos títulos públicos, com a queda da inflação e a estabilização econômica.

O corte de gastos com pessoal será garantido com a proibição de contratações; adiamento no pagamento de sentenças trabalhistas e recálculo da previsão da folha de pagamento. Os técnicos argumentam que a mudança nos índices previstos de inflação

pode representar uma redução de até US\$ 3 bilhões na conta de pessoal. Os cortes orçamentários serão complementados por reduções nas transferências a estados e municípios, hoje a cargo dos Ministérios do Bem-Estar Social, Integração Regional, Educação e Saúde. A consolidação de gastos hoje dispersos por esses ministérios em poucas rubricas, e a eliminação de despesas como construção de Ciacs e “desenvolvimento regional” devem resultar numa economia de cerca de US\$ 3 bilhões.